

# ANÁLISE DOS RESULTADOS DO SAEB PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL PARAENSE

Osvanilce Almeida Palheta

## RESUMO

O presente artigo objetiva comparar os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb da rede estadual do Estado do Pará, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, nos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental, nas edições de 2015, 2017 e 2019. Desta forma, correlacionar com as taxas de aprovação, reprovação e abandono e com a tendência histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, possibilitando a análise do desempenho dos estudantes paraenses. Realizamos uma análise descritiva dos dados secundários disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep para observação das tendências do Saeb e, observou-se que os valores são tendencialmente mais baixos nos anos finais do Ensino Fundamental. Espera-se que a análise, contribua para a apropriação dos resultados divulgados nacionalmente e assim, possam fundamentar a elaboração de estratégias focadas nas reais necessidades da rede de ensino paraense.

Palavras-chave: Avaliação. Saeb. Ideb. Taxas de rendimento.

## 1 INTRODUÇÃO

A avaliação educacional é um tema que vem sendo foco na agenda dos formuladores de políticas públicas no Brasil. O país vem acumulando experiências de avaliação, ao nível nacional, desde 1990, e investindo em avaliações de desempenho em larga escala com a sistemática e periódica realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb.

O Saeb se constitui na primeira iniciativa de análise do sistema educacional brasileiro. Começou a ser desenvolvido no final dos anos 80 e foi aplicado pela primeira vez em 1990 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. Entre seus principais objetivos, o Saeb visa oferecer subsídios à formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas e programas de intervenção ajustados às necessidades diagnosticadas nas áreas e etapas de ensino avaliadas; produzir informações sobre os fatores do contexto sócio econômico, cultural e escolar que influenciam o desempenho dos alunos; proporcionar aos agentes educacionais e à sociedade uma visão clara dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem e das condições em que são desenvolvidos (INEP, 2019).

No Brasil, há um movimento que integra esforços e investimentos voltados para a busca de melhorias na qualidade educacional, um exemplo disso é a implementação do Plano Nacional de Educação – PNE, no qual foram previstas diretrizes e vinte metas com indicativos de estratégias necessárias para o alcance dos objetivos. Entre as metas, a sétima prevê o fomento da qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de forma a atingir as médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.

O Pará estabelece em seu Plano Estadual de Educação - PEE, instituído pela Lei 8.186, de 25/06/2015, o planejamento e execução de ações estratégicas relacionadas à educação em todos os níveis no período de dez anos, em consonância com as vinte metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Cabe-nos o constante monitoramento para correção de fluxo, desvios de rotas e replanejamento se necessário, em função do alcance dos objetivos.

Considerando o cenário paraense, estruturar o diagnóstico do Sistema Educacional requer observar a dimensão geográfica de 1.248.000 km<sup>2</sup>, bem como a realidade educacional e sociocultural de 144 municípios, distribuídos em 12 regiões de Integração, com um total de 891 escolas públicas estaduais sob a coordenação de 22 Unidades Regionais de Educação, considerando os anos/séries da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

A Secretaria de Estado de Educação do Pará, desde o ano de 2019 disponibiliza às escolas de sua rede, o Caderno intitulado “Evidências Educacionais da Rede Estadual de Ensino do Pará”, com a finalidade de apresentar um recorte das principais evidências educacionais (indicadores) produzidas no âmbito estadual e nacional, de modo a subsidiar a tomada de decisão do grupo gestor da escola, quanto à elaboração de um diagnóstico consistente para que o planejamento realizado possa se transformar em um Plano de Ação mais assertivo, frente aos desafios que se apresentam ao processo de ensino-aprendizagem.

O presente artigo é resultante de pesquisa bibliográfica e análise de dados secundários que compara os resultados do Saeb da rede estadual do Estado do Pará, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, nos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental, nas edições de 2015, 2017 e 2019. Desta forma, pretende-se correlacionar com as taxas de aprovação, reprovação e abandono e com a tendência histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, possibilitando a análise do desempenho dos estudantes paraenses ao longo da série histórica. O interesse pela temática, é decorrente da minha atuação como especialista em educação e atualmente estou como coordenadora de Avaliações, da Seduc/PA, onde percebemos a importância de tornar os resultados do Saeb conhecidos e discutidos na rede pública estadual.

Os dados extraídos possibilitam o diagnóstico do desempenho dos estudantes e o alinhamento dos resultados às práticas pedagógicas e novas possibilidades metodológicas com foco no desenvolvimento de ações que visem melhorar o desempenho da rede estadual nas avaliações externas e, conseqüentemente, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb.

Diante da análise dos dados de desempenho e rendimento, espera-se que a Secretaria de Educação possa utilizá-los estrategicamente, na formulação de políticas públicas que atuem diretamente nas dificuldades identificadas na rede de ensino, além de possibilitar o planejamento de intervenções pedagógicas específicas nas escolas.

Esse artigo está dividido em 3 seções. Na primeira seção, apresentamos a contextualização da rede estadual do Pará, e a contextualização do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, do Ideb e Taxas de Rendimento.

A segunda seção, apresenta a análise dos dados, realizada a partir das informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep e de dados organizados pela Coordenação do Censo Escolar, da Seduc/PA.

Na terceira seção, trazemos nossas considerações finais, em que defendemos as razões desta pesquisa como um estudo importante e construtivo para a melhoria da educação em nosso Estado.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REDE ESTADUAL PARAENSE**

A Secretaria de Estado de Educação do Pará, possui uma rede de 891 escolas de educação básica de ensino fundamental e ensino médio, distribuídas nos 144 municípios. Possui 556.292 alunos matriculados, atende 3 etapas de ensino: educação infantil (exclusivamente na modalidade indígena), ensino fundamental e ensino médio, e ainda as modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação Profissional e Tecnológica e Sistema Modular de Ensino Médio (SOME).

Visando o desenvolvimento estratégico e a elaboração de políticas públicas, o Pará está dividido em 12 regiões de integração que agregam os municípios paraenses, a saber: Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu.

Em função dessa dimensão territorial do Estado, a Seduc além de trabalhar com foco nas regiões de integração, instituiu 22 unidades regionais de ensino (URE) que agregam as escolas da zona rural e urbana, sendo que a regional 19, corresponde à composição de 18 Unidades Seduc na Escola (USE) que agregam as escolas de Belém e região metropolitana. As unidades de ensino integram a estrutura administrativa e pedagógica da Secretaria.

A Secretaria de Educação tem desenvolvido ações voltadas para o ensino fundamental, entre os projetos, destaca-se o Projeto Aprender Mais, que foi implementado no ano de 2013, com o objetivo de garantir a recuperação da aprendizagem de alunos do 4º e 5º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. O encerramento ocorreu no ano de 2018.

Na execução do projeto foram delineadas duas ações, uma voltada para a formação continuada dos professores, que envolveu a discussão teórica e metodológica com base na matriz de referência utilizada nacionalmente e a outra efetivada por aulas de reforço escolar, no contraturno, com vistas a oportunizar estratégias diferenciadas de ensino.

O projeto Aprender Mais fundamenta-se na discussão dos resultados apresentados no desempenho escolar dos alunos, baseado nas matrizes de referência da Avaliação Nacional e do Sistema Paraense de Avaliação Educacional - SisPAE. A prioridade é focar no desenvolvimento das habilidades e competências na leitura e resolução de problemas e na organização do planejamento de atividades pelos docentes. Os resultados alcançados no projeto

foram professores capacitados, material de apoio pedagógico entregue aos alunos e uso pedagógico dos resultados das avaliações externas.

Visando a mobilização das escolas para a realização do Saeb 2019, a Seduc, por meio da Coordenação de Ensino Infantil e Fundamental (CEINF) elaborou cadernos adaptados do manual do Saeb 2019 de Língua Portuguesa e de Matemática para o 2º, 5º e 9º ano do ensino fundamental, assim como organizou manuais de orientações para aplicação das avaliações do Saeb 2019.

Outra ação da Secretaria foi a implementação do Sistema Paraense de Avaliação Educacional - SisPAE, que se caracteriza como uma avaliação de larga escala. A implementação de um sistema próprio de avaliação no Pará é recente. A primeira edição do Sistema Paraense de Avaliação Educacional – SisPAE foi realizada em 2013, mas sua implementação ocorreu de fato no ano de 2014, por meio da Portaria n.º 919/2014. A secretaria realizou as edições de 2014, 2015, 2016 e 2018.

O Sistema Paraense de Avaliação Educacional do Estado do Pará – SisPAE foi implementado para avaliar todas as escolas da rede estadual e, por adesão as escolas da rede municipal. Trata-se de um sistema de avaliação em larga escala, censitária, que se propôs a avaliar a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática de alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio.

Conforme a Portaria 919/2014, o SisPAE foi implementado com o objetivo de

“acompanhar e avaliar o desempenho escolar, possibilitando subsidiar a rede pública estadual, na elaboração do planejamento educacional e de ensino, com ênfase nos indicadores de desempenho escolar dos alunos, objetivando a melhoria da qualidade da aprendizagem e o êxito dos alunos no cumprimento do percurso acadêmico, de modo a elevar os índices de desenvolvimento da educação básica do Pará” (SEDUC, 2014).

Em 2019 duas Avaliações Diagnósticas foram aplicadas aos alunos da rede estadual, uma de perfil de entrada e outra de perfil de saída, voltadas aos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental e 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio, com a finalidade de identificar as lacunas de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática.

A avaliação externa, passou a ser discutida na rede estadual paraense a partir da implementação do SisPAE, no ano de 2014. Esse ano foi o ponto de partida para o início das discussões, aceitações, apropriações dos elementos que compõem a avaliação em larga escala, pois até então, cumpria-se a realização do Saeb por uma determinação nacional, mas pouco se discutia na rede sobre esses resultados.

## 2.1 Contextualização do Saeb, Ideb e Taxas de Rendimento.

No contexto da escola pública a avaliação se configura em importante ferramenta para um diagnóstico dos processos de ensino e aprendizagem. Nesse artigo, nos deteremos na abordagem da avaliação externa, especificamente no Sistema de Avaliação da Educação Básica/Saeb.

Brooke e Cunha (2011) destacam Soares (2002) que aborda três funções genéricas dos sistemas de avaliação: uma função métrica, uma analítica e uma função pedagógica.

A primeira é a função métrica, de medir onde se situam os sistemas de educação em comparação com algum parâmetro para responder perguntas sobre possíveis avanços. A segunda função é a analítica, ou seja, oferecer subsídios aos pesquisadores e gestores no seu trabalho de investigar o funcionamento do sistema. A terceira, considerada a mais difícil, é a função

pedagógica, que trata do uso da avaliação como instrumento para a melhoria do ensino (SOARES, 2002 apud BROOKE; CUNHA, 2011, p. 20).

Segundo Brooke e Cunha, as avaliações podem ser utilizadas tanto com efeitos somativos quanto formativos, o primeiro diz respeito a usar os resultados para aferir os impactos de determinadas políticas, enquanto o segundo relaciona-se ao fato de por meio dos resultados poder corrigir os rumos de programas em andamento. Isto é, os resultados servem para avaliar e orientar a ação do governo em nível sistêmico (BROOKE; CUNHA, 2011).

O Saeb é gerenciado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, autarquia do Ministério de Educação, que realiza avaliação em larga escala para estudantes do 2º ano de forma amostral e censitária para o 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do ensino médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, e para o 9º ano realiza prova amostral nas disciplinas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza. A aplicação é realizada bianualmente em anos ímpares, e seus resultados são divulgados em anos pares. É referenciado por matrizes de referência por disciplina, as quais se destinam a mapear as habilidades cognitivas desejáveis para cada ano/série (BRASIL, 2019).

O Saeb passou por uma reestruturação metodológica em 1995, com a introdução da metodologia da Teoria de Resposta ao Item (TRI).

A TRI é um conjunto de modelos estatísticos onde a probabilidade de resposta a um item é modelada como função da proficiência (habilidade) do aluno (variável não observável) e de parâmetros que expressam certas propriedades dos itens, com a propriedade de que quanto maior a proficiência do aluno, maior a probabilidade de ele acertar o item (KLEIN, 2013, p. 6).

A nova metodologia permitiu a comparação do desempenho dos estudantes ao longo dos anos. Segundo Fletcher (2015) a TRI possibilitou o avanço das avaliações aplicadas no Saeb, pois “oferece recursos mais flexíveis e eficazes na confecção, análise e apresentação dos resultados de prova que quaisquer outros recursos equivalentes, derivados a partir da teoria clássica” (FLETCHER, 2015, p. 184).

Para Klein um exemplo da comparação do desempenho dos alunos no Saeb, é “o uso de itens comuns entre séries e entre anos permite que os alunos de todas as séries e de todos os anos sejam postos em uma mesma escala de proficiência de modo que seus desempenhos possam ser comparados” (2003, p. 127).

Em relação aos resultados do Saeb, estes permitem acompanhar a evolução da qualidade da educação por meio da aplicação das provas de Língua Portuguesa e Matemática, e questionários contextuais que apresentam fatores contextuais associados ao desempenho dos alunos.

Segundo Bonamino (2016), os instrumentos e dados contextuais do Saeb, passaram por vários momentos de reestruturação na busca de revelar dados mais fidedignos quanto à situação real de aprendizagem dos alunos. Os estudos revelam que inicialmente os instrumentos dos alunos não apresentavam itens sobre a sua origem, diferente dos instrumentos dos professores e diretores que coletavam dados bastante detalhados.

Apesar das limitações inerentes às análises bivariadas para apoiar conclusões mais consistentes, o uso dado às variáveis contextuais e a forma de apresentação dos resultados do Saeb demonstram a preocupação com as relações entre os aspectos internos da escola e o desempenho dos alunos (BONAMINO, 2016, p. 117).

Para Bonamino, embora o Saeb tenha adotado até 2003 uma abordagem sociológica do desempenho escolar nos questionários contextuais, nas edições posteriores essa perspectiva sociológica foi sendo dispensada. Diante disso, a autora conclui que há uma “tendência das avaliações nacionais, como o Saeb, e também das estaduais, a colocarem ênfase excessiva nas medidas cognitivas em detrimento das medidas sociais, escolares e pedagógicas” (BONAMINO, 2016, p. 123).

Brooke e Cunha (2011) apresentam uma diversificação nos usos que podem ser feitos a partir dos resultados da avaliação, em suas análises estabeleceram sete categorias do ponto de vista das políticas de gestão: avaliar e orientar a política educacional; informar as escolas sobre a aprendizagem dos alunos e definir as estratégias de formação continuada; informar ao público; alocar recursos; realizar políticas de incentivos salariais; políticas de avaliação docente; certificação de alunos e escolas.

Em determinadas condições, a maioria dessas políticas pode ser entendida como contribuições importantes para a melhoria da qualidade da educação. Em outros casos, porém, notadamente no uso dos resultados dos alunos como um componente da política de avaliação docente e para a certificação de alunos e escolas, observa-se o emprego desavisado das avaliações para a tomada de decisões que precisam de informações mais confiáveis, de mais de uma fonte e por períodos maiores de tempo (BROOKE; CUNHA, 2011, p.71).

É importante o olhar da escola para seus resultados e a partir destes fomentar ações para superar as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Os resultados das avaliações são ferramentas essenciais para o uso estratégico na gestão, na formulação de políticas públicas, e pedagogicamente pelas escolas, para a melhoria de suas práticas pedagógicas e consequentemente contribuir para a garantia do direito de aprender e elevar a qualidade do ensino.

O uso de indicadores na educação brasileira colabora para o avanço das políticas públicas educacionais, principalmente por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, instituído em 2007, que agrega os indicadores de fluxo escolar e do desempenho dos alunos na avaliação externa (Saeb). O Ideb varia de 0 a 10 e seus resultados permitem traçar metas bianuais, o que possibilitou que se tornasse uma importante ferramenta para o acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Desde então, estados e municípios vêm adotando e desenvolvendo sistemas próprios de avaliação. A maioria baseia-se na metodologia utilizada pelo Saeb, mas com a inclusão de elementos próprios aos interesses de cada rede.

Soares e Xavier (2013) fazem uma crítica sobre estabelecer ao Ideb a responsabilidade total em medir a qualidade educacional,

O uso de um indicador como medida única da qualidade da escola e dos sistemas fará, naturalmente, com que as escolas busquem maximizá-lo e, como isso, pode ser feito de maneiras pouco adequadas pedagogicamente, pode levar a um sistema educacional disfuncional (SOARES; XAVIER, 2013, p. 915)

Embora recaia sobre o Ideb a responsabilidade de aferir a qualidade educacional do sistema brasileiro de ensino, compreendemos que vários fatores influenciam nos resultados educacionais. No entanto, o Ideb é um indicador reconhecido nacionalmente que possibilita identificar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixos resultados de rendimento e proficiência; e que permite monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino.

De acordo com Avancini (2008 apud SOARES; XAVIER, 2013, p.918) é necessário observar que “o Ideb é um termômetro que revela se o aluno está ou não assimilando informações fornecidas pelo sistema educacional, mas não considera aspectos com impacto sobre a qualidade, como a valorização dos profissionais e a infraestrutura”.

Segundo Soares e Xavier a crítica não é exatamente ao indicador, mas ao seu uso isolado, pois ressaltam que “a avaliação de escolas e redes de ensino não deve se restringir ao Ideb, e que o indicador de resultados deve ser contextualizado por indicadores que descrevam as condições reais de oferta do ensino” (2013, p. 918).

Ainda assim, a avaliação externa do sistema educacional se constitui em importante aliada para as redes de ensino, pois possibilita a utilização das informações e dos resultados no processo de planejamento, adequação de currículos e formação de professores, entre outras atividades.

Os resultados das avaliações externas ou internas influenciam na tomada de decisão da gestão da escola e das Secretarias, somado a isso os indicadores de rendimento também possibilitam a análise diagnóstica, de formulação, de implementação e de avaliação das políticas públicas educacionais, com vistas ao atendimento das prioridades e à melhoria da qualidade da educação.

As taxas de rendimento são informações coletadas por meio do Censo Escolar e divulgadas anualmente pelo Inep, são fundamentais para verificar e acompanhar os dados das escolas. Segundo o Inep as taxas de rendimento escolar são calculadas com base nas informações de rendimento e movimento dos alunos, as informações são coletadas na 2ª etapa do Censo Escolar, no módulo Situação do Aluno.

Nesta etapa, os respondentes preenchem as informações de rendimento (aprovado ou reprovado), movimento (falecido, deixou de frequentar ou transferido) curso em andamento e sem movimentação dos alunos que foram declarados na matrícula inicial do Censo Escolar (primeira etapa) (BRASIL, p. 3).

Dessa forma, as taxas de rendimento escolar refletem o contexto da escola no âmbito da aprovação, reprovação e abandono, são importantes não somente porque geram o indicador de rendimento, utilizado no cálculo do Ideb, mas também por ser um importante instrumento para verificar a progressão e aprendizagem dos alunos.

### 3 Análise dos dados

Os dados utilizados nessa análise estão disponíveis no Portal do Inep. Serão considerados os resultados da rede estadual paraense, nas edições de 2015, 2017 e 2019, nos anos Iniciais e anos finais do ensino fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

A taxa de participação no Saeb contribui para a análise da composição dos resultados, pois um dos critérios para divulgação dos resultados é a escola alcançar taxa de participação de, pelo menos, 80% dos estudantes matriculados. Ao analisar as duas últimas edições, percebe-se que houve um aumento considerável na taxa de participação, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do ensino fundamental.

Tabela 1 - Taxa de participação no Saeb - rede estadual

ANO	ANOS INICIAIS			ANOS FINAIS		
	QUANTIDADE DE ESCOLAS					
	Aptas	com 80%	(%)	Aptas	com 80%	(%)
2017	248	180	72,6	375	217	57,9
2019	219	204	93,2	373	316	84,7
DIF 2019/2017	29	24	20,6	2	99	26,8

Fonte: INEP/MEC

Elaboração: Coordenação do Censo Escolar/SEDUC-PA

Conforme o quadro comparativo, houve um aumento no ano de 2019 de 28,4% nos anos iniciais e 46,3% nos anos finais. Uma hipótese para esse aumento, atribui-se à mobilização realizada na rede, através de visitas de técnicos da Secretaria, palestras nas escolas e uma ação impulsionada nas redes sociais com a chamada “#80%departicipaçãonoSaeb”. Essa ação mobilizou alunos que realizaram várias atividades para divulgação da avaliação entre seus colegas, um exemplo disso, foram os vídeos e cartazes criados pelos próprios alunos.

Em relação aos resultados, apresentamos nas tabelas 2 e 3, as médias de proficiência da rede estadual no Saeb, que revelam aumento na proficiência de uma edição para outra. No entanto, nos anos finais, os resultados são menos expressivos, com destaque para a queda de 2,33% no desempenho em Matemática, na edição de 2017, na qual se obteve a proficiência de 225,40.

Tabela 2 – Média de Proficiência – 5º ano

Saeb - Média de proficiência - rede estadual - 5º ano		
Ano	Língua Portuguesa	Matemática
2015	179,84	188,30
2017	189,60	193,94
2019	195,61	203,24

Fonte: Inep/MEC

Tabela 3 – Média de Proficiência – 9º ano

Saeb - Média de proficiência - rede estadual - 9º ano		
Ano	Língua Portuguesa	Matemática
2015	229,74	230,79
2017	231,86	225,40
2019	236,53	233,04

Fonte: Inep/MEC

Esses dados estão disponíveis no Painel Educacional desenvolvido pelo Inep, que apresenta informações agregadas sobre o cenário educacional das Unidades da Federação e dos municípios brasileiros. Os resultados do Saeb são apresentados por uma escala de proficiência, que vai da menor para a maior proficiência.

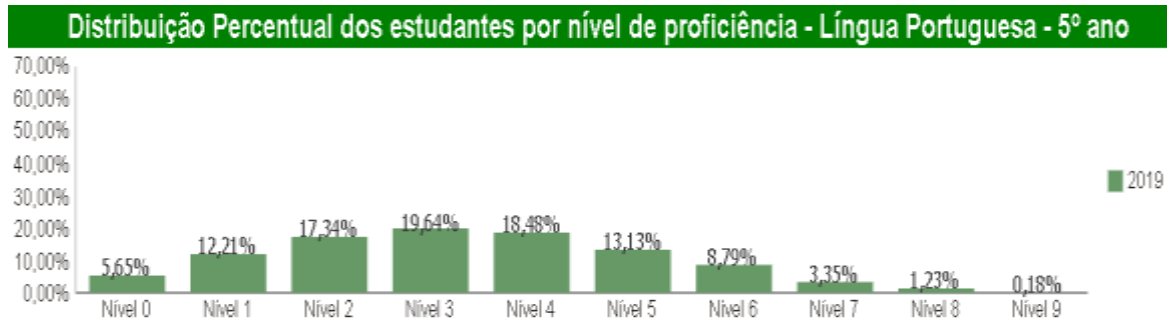
Para cada etapa de ensino há uma escala com níveis diferentes: nos anos iniciais em língua portuguesa, são 9 níveis e, para matemática, 10; nos anos finais em língua portuguesa, há 8 níveis e 9 em matemática. A interpretação realizada pelo Inep para os níveis de proficiência considera: nos níveis de 0 ao 3, alunos que apresentam aprendizagem insuficiente para a



série/ano, nos níveis 4 ao 6 têm aprendizado básico e acima do nível 7 enquadram-se os alunos com aprendizagem considerada adequada.

Os gráficos a seguir mostram a distribuição percentual dos alunos que realizaram o Saeb dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Gráfico 1- Teste de Aprendizagem de Língua Portuguesa - 5º ano



Fonte: Painel Educacional/Inep/MEC

Gráfico 2 - Teste de Aprendizagem de Matemática - 5º ano



Fonte: Painel Educacional/Inep/MEC

Nos gráficos 1 e 2 se observa que há concentração de estudantes nos níveis 2, 3 e 4, em Língua Portuguesa que corresponde a soma de 55,46% e em Matemática esse total é de 62,34%. O percentual de alunos no nível 0 são respectivamente 5,65% e 1,69% em Língua Portuguesa e Matemática.

Comparando os dados dos anos iniciais da rede estadual do Pará, com outro estado da mesma região, neste caso o Amazonas, pelo fato de apresentar maior comparabilidade em relação a dimensão territorial (1.571.00 km<sup>2</sup>) e número de escolas estaduais (749), os resultados dos níveis 2, 3 e 4 totalizam respectivamente 46,84% e 49,87% em Língua Portuguesa e Matemática, embora sejam menores que os dados da rede estadual paraense, revelam ainda uma porcentagem significativa de alunos com baixo desenvolvimento de habilidades elementares.

Em relação ao desempenho dos alunos nos anos finais, os gráficos 3 e 4 apresentam dados com porcentagens mais elevadas nos níveis insuficientes (0 ao 3).

Gráfico 3 - Teste de Aprendizagem de Língua Portuguesa - 9º ano



Fonte: Painel Educacional/Inep/MEC

Gráfico 4 - Teste de Aprendizagem de Matemática - 9º ano



Fonte: Painel Educacional/Inep/MEC

O gráfico 3 apresenta os dados do 9º ano do ensino fundamental, em Língua Portuguesa, percebe-se a concentração de alunos no nível 0, isso representa 22,65% de alunos que se encontram no nível insuficiente, esse resultado é preocupante, principalmente por se tratar de uma etapa de terminalidade do ensino fundamental. Segundo o Inep, no 9º ano o nível de proficiência 0, indica a porcentagem de alunos que possuem desempenho menor que 200 e necessitam de especial atenção pois ainda não demonstram habilidades muito elementares que deveriam apresentar nessa etapa escolar.

O percentual dos níveis 0 ao 3, representa 60,85% de estudantes que estão abaixo do nível desejado para o 9º ano em Língua Portuguesa, comparando com o resultado do estado do Amazonas que é de 50,07%, percebe-se uma tendência de baixos resultados nos anos finais. Tanto o Pará quanto o Amazonas estão com resultados inferiores quando comparados à média da rede estadual do Brasil, em que os níveis de 0 ao 3 somam 36,84% de estudantes no nível insuficiente.

Observando os dados no gráfico 4 que apresenta a distribuição da proficiência em Matemática, a situação é mais preocupante, pois o percentual de alunos no nível 0 é de 23,49%. A soma do percentual dos níveis 0 ao 3, totalizam 83,14% de estudantes que não possuem o desenvolvimento de habilidades elementares para o ano estudado, comparando com o estado do Amazonas que esse total é de 51,84% e com a média da rede estadual ao nível Brasil que é de 53,76%, percebe-se que o estado do Pará apresenta resultados piores muito acima da média nacional e do resultado do Amazonas.

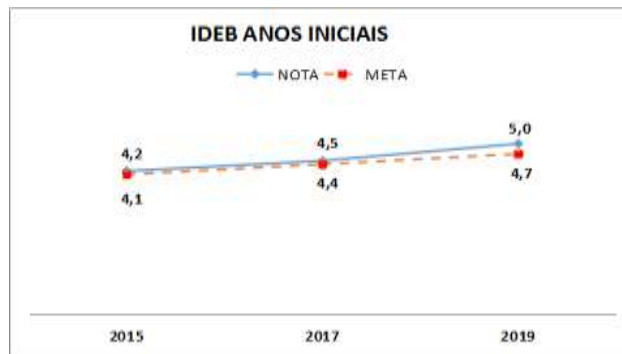
Esses dados representam diferenças nos níveis de proficiência dos alunos dos anos iniciais e finais, mas também permitem a identificação de grupos de habilidades por nível de acerto, com esses dados é possível ter uma visão dos grupos prioritários e propor atividades comuns para a rede estadual, a partir das habilidades que os estudantes ainda não desenvolveram ou que já demonstram maior domínio e que podem avançar. Assim como,

grupos de estudantes nos níveis Insuficiente e abaixo do básico, provavelmente apresentam padrões de erros que podem ser trabalhados em atividades coletivas.

Uma questão recorrente no âmbito da escola, é a dúvida em como trabalhar para atender tanto aos alunos que não alcançaram as habilidades esperadas como aqueles que já estão em níveis desejados ou avançados de aprendizagem. Uma estratégia que pode ser usada é, selecionar atividades que não estejam diretamente relacionadas a cada acerto ou erro dos estudantes, mas que sejam mais abertas e desafiadoras, de forma que permitam interações positivas para que todos os estudantes possam atuar a partir do nível em que se encontram, um exemplo disso, é trabalhar com jogos e projetos mais interativos que conseguem envolver estudantes com baixo, médio e alto desempenho.

Segundo os dados disponíveis no portal do Inep, os resultados da série histórica do Ideb, nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, demonstram que os anos iniciais da rede estadual estão acima da meta prevista para a etapa, mas em relação aos resultados dos anos finais, embora haja um crescimento a cada edição, não houve o alcance da meta, conforme pode ser verificado nos gráficos 6 e 7.

Gráfico 6 - Série histórica do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental.



Fonte: Dados do Ideb/Inep

O gráfico 6 mostra que houve um aumento na nota do Ideb ao longo dos anos de avaliação analisados, pode-se observar que a nota obtida a cada edição está acima da meta estabelecida pelo Inep, alcançando 4.2, 4.5 e 5.0, respectivamente, nas edições de 2015, 2017 e 2019.

Gráfico 7 - Série histórica do Ideb nos anos finais do ensino fundamental.



Fonte: Dados do Ideb/Inep

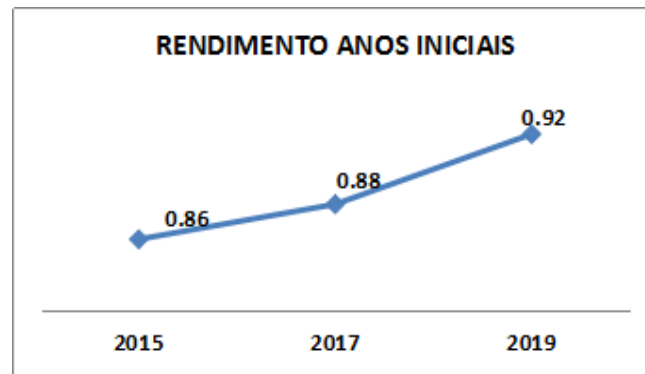
Na análise dos anos finais verificamos que embora não tenha ocorrido a queda nas notas ao longo da série histórica, não houve expressiva evolução de uma edição para outra, sendo respectivamente 3.2, 3.3 e 3.8, nas edições de 2015, 2017 e 2019, dessa forma, as metas

previstas pelo Inep não foram alcançadas. Esses resultados estão muito abaixo das metas previstas, são preocupantes por se tratar de uma etapa de terminalidade do ensino fundamental e merecem especial atenção.

Entretanto, algumas hipóteses podem ser apresentadas para colaborar com a análise futura e que pode ter relação com a melhoria dos resultados nos anos iniciais, entre elas destacam-se os projetos e programas que envolvem formações de professores executados pelo Governo Federal e pela Secretaria de Educação. Soma-se a isso, a hipótese de que a unidocência nas séries iniciais, possibilita maior índice de participação nas formações continuadas realizadas pelos projetos e programas, uma vez que a carga horária do professor é concentrada em uma única escola, diferente da realidade dos professores dos anos finais que possuem, muitas vezes, carga horária em escolas diferentes.

Para compor a análise dos resultados dos anos iniciais e finais, trouxemos a série histórica do rendimento escolar (aprovação, reprovação, abandono), pois são extremamente importantes no contexto educacional.

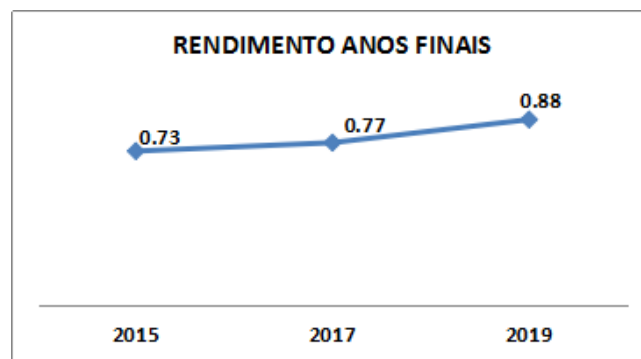
Gráfico 8 - Série histórica do rendimento escolar - rede estadual - anos iniciais



Fonte: Dados do Ideb/Inep

Os dados da taxa de rendimento apontam que houve avanço no rendimento escolar nos anos iniciais, a rede estadual alcançou 0,92 em 2019, representa uma tendência histórica de melhora no aproveitamento de estudos dos estudantes paraenses.

Gráfico 9 - Série histórica do rendimento escolar - rede estadual - anos finais



Fonte: Dados do Ideb/Inep

Nos anos finais os dados de rendimento revelam avanço a cada edição, sendo respectivamente 0,73, 0,77 e 0,88, embora estejam abaixo das taxas apresentadas pelos anos iniciais, representam o resultado do esforço das escolas para manter os estudantes nas escolas.

Os resultados do Saeb e as taxas de rendimento revelam avanços embora não tão expressivos como gostaríamos de observar, mas em nenhuma das etapas percebemos retrocessos, mas caberia reflexões sobre a diferença entre os resultados dos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental. Portanto, para tentar compreender as razões dessa diferença faz-se necessário um estudo mais aprofundado. O mesmo processo é observado no Ideb, em que os anos iniciais apresentam índices melhores que os anos finais, e da mesma forma que há melhoria nas taxas de rendimento, também há melhoria no Ideb.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises apontam que, na série histórica das edições do Saeb, de fato, houve melhorias nos resultados dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, mas os dados também revelam que nos anos iniciais os resultados do Saeb são mais expressivos, isso pode ser observado também no alcance das metas estabelecidas para a etapa no Ideb.

Para 2021, a meta prevista para o Ideb é o alcance da meta de 5,1 para os anos iniciais e 5,2 para os anos finais. A melhoria dos resultados não depende exclusivamente dos resultados do Saeb e das taxas de rendimento, existe uma série de fatores que contribuem para o sucesso ou insucesso da escola, e cada uma de acordo com sua realidade pode utilizar os dados como evidências para fundamentar suas ações, mas é certo que a melhora dos resultados de aprendizagem e aumento do fluxo escolar impactam positivamente no Ideb. Por esse motivo, o monitoramento do desempenho dos alunos nas provas do Saeb e as taxas de rendimento escolar é um importante aliado da gestão.

Os dados apresentados no artigo em questão suscitam alguns questionamentos. Quais elementos podem ter contribuído para a melhoria dos resultados do Saeb nos anos iniciais do ensino fundamental? Quais elementos influenciam no baixo desempenho dos alunos dos anos finais? A melhoria dos resultados do Saeb reflete a melhoria do aprendizado dos alunos? Como a Seduc utiliza os resultados do Saeb na construção de propostas pedagógicas para a garantia da qualidade do aprendizado na rede estadual de ensino? O aprofundamento desta análise não é o objetivo desse trabalho, mas espera-se motivar o interesse de uma pesquisa empírica a esse respeito.

Propomos um olhar estratégico para esses dados de modo que possam subsidiar ações voltadas para as dificuldades e/ou avanço dos estudantes com base nas evidências apresentadas nos resultados do Saeb, para que todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver as habilidades esperadas para a etapa de escolarização que se encontram.

As pesquisas dos dados, as leituras, as análises e tudo o que envolveu a elaboração desse artigo, nos fizeram perceber a necessidade de tornar esses dados conhecidos primeiramente pela gestão da Secretaria e após a consolidação e alinhamento do entendimento dos resultados, deve-se partir para um trabalho de mobilização nas escolas, para que de fato consigam valorizar as contribuições das avaliações externas no contexto escolar e assim possam fazer o uso efetivo e pedagógico dos resultados.

## Referências

- BONAMINO, Alicia. **A evolução do Saeb: desafios para o futuro**. Em aberto, Brasília, v. 29, n. 96, p. 113-126, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2599/2608>. Acesso em: 22.08.2020.
- BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, 2012.
- BRASIL, MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Taxas de rendimento escolar**. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/educacenso/situacao\\_aluno/documentos/2020/taxas\\_de\\_rendimento\\_escolar.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2020/taxas_de_rendimento_escolar.pdf). Acesso em 15.12.2020.
- BRASIL, MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Portaria nº 366, de 29 de abril de 2019**. Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2019. Diário Oficial da União. Brasília, 02 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.inep.gov.br/web/dou/-/portaria-n%C2%BA-366-de-29-de-abril-de-2019-86232542>. Acesso em: 08 Dez 2020.
- BRASIL, MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Nota Técnica: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB**. Disponível em: [http://www.inep.gov.br/download/Ideb/Nota\\_Tecnica\\_n1\\_concepcaoIDEB.pdf](http://www.inep.gov.br/download/Ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf). Acesso em 15.12.2020.
- BRASIL, MEC. **Painel Educacional**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-educacional>. Acesso em 22.12.2020.
- BROOKE, N.; CUNHA, M. A. A. A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. Em: **Estudos e Pesquisas Educacionais – Volume 2**. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2011, p.17-25.
- FLETCHER, P. R. A Teoria da Resposta ao Item: medidas invariantes do sistema escolar. Em: BROOKE, N.; ALVES, M. T. G.; OLIVEIRA, L. K. M. **A avaliação da educação básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. P. 183-188.
- KLEIN, R. Utilização da Teoria de Resposta ao Item no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 40, p. 283-296, 2003.
- KLEIN, Ruben. (2013), “Alguns aspectos da teoria de resposta ao item relativos à estimação das proficiências”. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.21, n. 78, 35-56.
- SEDUC. Gabinete do Secretário. **Portaria nº 919/2014**, de 17 de outubro de 2014. Dispõe sobre a implementação do Sistema Paraense de Avaliação Educacional na rede pública de ensino. Diário Oficial do Estado do Pará, 20 de outubro de 2014, caderno 3. Disponível em: [http://www.ioepa.com.br/pages/2014/10/20/2014.10.20.DOE\\_36.pdf](http://www.ioepa.com.br/pages/2014/10/20/2014.10.20.DOE_36.pdf). Acesso em 15.12.2020.